

Operacionalizando o capital político: uma nova abordagem para o conceito

Gabriel de Almeida Oliveira¹, Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas² |

Resumo

O presente artigo propõe uma nova abordagem para o uso do conceito de capital político. A abordagem traz em seu bojo a perspectiva do acúmulo do capital político no exercício de funções públicas e privadas, por meio de indicadores de ordem qualitativa e quantitativa, representados por tipos e quantidade de cargos exercidos, e orçamento administrado. Para tanto, este artigo utilizou o modelo conceituação proposto por John Gerring. Como conclusões, apresentamos uma forma de operacionalizar o conceito de capital político, com foco em atributos relativos aos cargos ocupados pelos sujeitos políticos a serem estudados.

Palavras-chave: capital político; John Gerring; conceituação.

Data de submissão: 07/05/2021

Data de aprovação: 25/08/2023

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: gabriel_almeida86@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6982-2614>

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: vitorsandes@ufpi.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-0186-6709>

Operationalizing political capital: a new approach to the concept

Gabriel de Almeida Oliveira, Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas |

Abstract

This article proposes a new approach to the use of the concept of political capital. The approach brings with it the prospect of the accumulation of political capital in the exercise of public and private functions, through qualitative and quantitative indicators, represented by types and number of positions held, and managed budget. Therefore, this article used the conceptualization model proposed by John Gerring. As conclusions, we present a way to operationalize the concept of political capital, focusing on attributes related to the positions held by the political subjects to be studied.

Keywords: Political capital; John Gerring; conceptualization.

1. Introdução

O conceito de capital político é bastante recorrente em estudos realizados nas Ciências Sociais, por se propor a atribuir valores à força política dos sujeitos políticos, por meio da aquisição de recursos de poder, dado que atores políticos que possuem elevado capital político são mais propensos a influenciar outros políticos e cidadãos.

Os caminhos para a aquisição e construção do capital político são variados, desde a ocupação de cargos públicos, eletivos ou não, até a atuação em posições de liderança junto à sociedade. Apesar de ter uma lógica similar ao capital econômico, o capital político é de difícil mensuração, por se tratar de um conceito fluído e dinâmico e, extremamente, contextual. É difícil inclusive avaliar quem possui mais ou menos capital político.

Com essas considerações, poderíamos simplesmente afastar o uso do conceito. Entretanto, o conceito é amplamente utilizado e, como tal, merece um tratamento acadêmico, para que possamos avaliar os seus limites e alcances. Nesse sentido, este artigo traz como principal objetivo propor uma nova abordagem para o conceito de capital político, de forma que o torne operacionalizável em estudos empíricos que necessitem do conceito para utilização dos dados, especificamente daqueles de caráter eleitoral.

A fim de atingir o objetivo proposto, organizamos o artigo em quatro partes. Na primeira, descrevemos o processo de conceituação adotado a fim de propor esta abordagem, na qual é fundamentado na proposta de John Gerring (2012). Na segunda parte, concentramos as principais discussões existentes sobre o conceito de capital político, bem como a aplicação do conceito em estudos empíricos e a forma que é interpretado por diversos autores.

Na terceira parte, tratamos sobre os estudos existentes no Brasil que adotam o capital político enquanto variável de pesquisa, e ainda introduzimos uma estrutura analítica sobre este capital em estudos sobre recrutamento político e perfil político. Por fim, na quarta parte, propomos uma nova abordagem para o uso operacional do capital político, em que define as suas propriedades e o alcance do conceito em estudos que o necessitem. As conclusões apresentam um apanhado geral do artigo, bem como a viabilidade de aplicar o conceito de capital político proposto em estudos empíricos.

2. Modelo de análise de conceitos em John Gerring

Quando buscamos entender a realidade ao redor, é comum recorrermos à explicações sistematizadas sobre os fenômenos que nos cercam, como forma de simplificar o nosso entendimento sobre estes fenômenos. Cientificamente, tais explicações podem ser condensadas e exprimidas em forma de conceitos, em que estes exercem uma função primordial para a ciência.

Logo, a tarefa de conceituar os fenômenos ao nosso redor é fundamental para o empreendimento científico, principalmente nas Ciências Sociais, que é condicionada a observar fenômenos que variam conforme o contexto. Assim, os próprios conceitos devem ser adaptados à realidade a qual se trata, por isso esta questão é fundamental no debate metodológico da área.

Como afirma John Gerring (2012), a investigação científica na área de Ciências Sociais traz em seu bojo a proposição de estudos descritivos, que surgem a partir de atos inferenciais capazes de refletir sobre algo partindo do contexto específico para o geral, isto é, estudos de caso que adotam a inferência do que já é sabido sobre algo específico de um objeto de estudo e que parte para generalizar ao geral, do que ainda não se tem conhecimento formulado.

Para o que está sendo proposto neste artigo, ou seja, a proposta de uma nova abordagem para o conceito de capital político, em que o mesmo seja operacionalizado em estudos empíricos, é pertinente seguir os passos de Gerring (2012) nesta construção, uma vez que o que está sendo proposto é alicerçado em bases descritivas de situações específicas, a fim de que os conceitos possam ser utilizados para eventuais situações em contextos similares.

Na esteira desta ideia, Gerring (2012) explica na segunda edição de seu livro “Social Science Methodology: A unified framework” que os estudos de casos devem ser fundamentados na premissa de que “Generalizar é inferir do que sabemos (ou pensamos saber) para o que não sabemos” (GERRING, 2012, p. 108, tradução nossa)³. Logo, é fundamental que tais estudos de caso sejam amparados em inferências causais assentadas em um conhecimento já formulado (GERRING, 2012, p. 109).

Ainda neste ofício de inferir para conhecer, colocamos ainda uma tarefa mais do que necessária na condução de uma pesquisa científica, que como bem assevera Gerring (2012), trata-se do uso e da formulação de conceitos, dado que “é impossível até mesmo conceituar um tópico, como o termo sugere, sem colocar um rótulo nele” (GERRING, 2012, p. 112, tradução nossa)⁴. Ou seja, ao colocarmos um rótulo em um dado fenômeno, estamos, de toda forma, reduzindo e circunscrevendo a realidade para fins analíticos.

Apesar da redução e da simplificação de um fenômeno, que, muitas vezes, pode possuir uma grande complexidade, um processo de conceituação realizado de forma rigorosa metodologicamente traz ganhos científicos, por possibilitar a captação dos elementos centrais do fenômeno em análise, bem como a comparação entre diversos casos.

Citando como exemplo o uso do conceito de capital político, o mesmo é empregado em objetos de estudo diversos, mas que se inserem em uma mesma área de estudo, que seria a democracia. Logo, é preciso que a definição deste conceito possibilite a sua operacionalização nestes variados objetos de estudo, como a carreira política, dinâmica eleitoral e outros objetos de estudo empíricos.

Nesse cenário, a proposta de Gerring (2012) é evitar a confusão conceitual que pode existir em estudos acadêmicos, ao concentrar a análise no próprio objeto de estudo e não somente no conceito em si, deslocando a atenção do rótulo proposto para o conceito e sua conexão com a realidade. Isto significa que o caminho a seguir em propostas de conceituação em torno de um fenômeno necessitaria concentrar os esforços em encontrar uma definição para o mesmo e como chamá-lo, já que “qualquer acumulação de conhecimento depende de se chegar a um entendimento sobre como devemos denominar algo e como defini-lo” (GERRING, 2012, p. 114, tradução nossa)⁵.

3 “To generalize is to infer from what we know (or think we know) to what we do not know.”

4 “It is impossible to conduct work without using concepts. It is impossible even to conceptualize a topic, as the term suggests, without putting a label on it.”

5 “Any accumulation of knowledge depends upon reaching an understanding about what to call a thing and how to define it.”

O processo de conceituação, dessa forma, passaria pela análise dos conhecimentos já formulados a respeito da coisa que é objeto de conceituação, trazendo diferentes perspectivas para o bojo do processo e formando uma ampla categoria que servirá como ponto de partida para a proposição de um novo conceito. Entretanto, apontamos os riscos existentes nessa tarefa de propor um conceito muito aberto, ou seja, é necessário que o leque de diferentes perspectivas sobre um objeto seja utilizado na proposição de um conceito que tenha caráter representativo e seja preciso sobre o que ele trata.

Nesse contexto, Rezende (2011) destaca o argumento de John Gerring quanto a tarefa de descobrir mecanismos causais ao jogar luz sobre uma teoria:

Para permitir a descoberta de mecanismos causais, Gerring (2007a) sugere a abordagem dos caminhos causais (*pathway method*), que é uma variante da tipologia dos estudos de caso em que se busca uma análise intensiva focada em mecanismos causais para clarificar uma teoria (e não para teste) (REZENDE, 2011, p. 328).

Isto significa que, em relação às perspectivas sobre um objeto, em um estudo de caso, é mais factível buscar uma inferência causal para o estudo que já esteja amparada por ensinamentos de uma teoria já formulada. Ainda sobre a tarefa de propor conceitos do específico para o geral, Silva (2015) destaca a explicação de Gerring (2012) em relação a busca pelo entendimento sob uma ótica de profundidade:

[...] Estas, por sua vez, podem ser empreendidas pela escolha que o pesquisador fará entre conhecer muito de um ou de poucos casos ou buscar informação de um número muito grande de casos, em detrimento da profundidade e da qualidade desta informação. Ou seja, mais próximos à visão de KKV, estas pesquisas argumentam que as diferenças propagadas são pequenas e dependem mais do diagnóstico e da perspectiva que se atribuem a elas do que a evidências concretas (GERRING, 2012 apud SILVA, 2015, p. 118).

O modelo proposto por Gerring (2014) em torno de conceituações explica que perguntas causais exigem respostas descritivas, sendo necessário estabelecer uma medição e definição ao conceito em que tais perguntas nascem, na qual “é impossível trabalhar sem usar conceitos” (GERRING, 2014, p. 131, tradução nossa)⁶. Cabe ainda pontuar que existe a crítica do autor sobre o emprego de conceitos em maneiras diferentes, aplicadas em campos distintos e de correntes teóricas divergentes em um mesmo trabalho.

Dada esta situação, Gerring (2014) sugere que o processo de conceituação passe por quatro enfoques primordiais ao longo do mesmo, sendo voltado para enfatizar os fenômenos a serem englobados pelo conceito proposto, dando menos prioridade para as etiquetas dadas para o mesmo e priorizando um caráter mais empirista na execução deste processo. O segundo enfoque destaca o caráter irreduzível que os conceitos possuem (ou devem possuir) diante do contexto, isto é, a formação dos conceitos devem ser guiadas com base nos contextos em que será feito o seu uso (GERRING, 2014).

Já o terceiro enfoque consiste em lançar as bases do conceito sobre a objetividade, levando em conta o que pode ser mais concreto, em que é preciso limitar aquilo que será tratado pelo conceito. Para o último, Gerring (2014) trata da “reconstrução taxonômica dos conceitos científicos” (GERRING, 2014, p. 134, tradução nossa)⁷, porém seu uso é prático para áreas muito restritas. A partir destes enfoques, o próximo passo descrito por John Gerring é estruturar a conceituação em torno de sete critérios, sendo eles:

⁶ “Es imposible trabajar sin usar conceptos”

⁷ “reconstrucción taxonómica de los conceptos científicos”

Tabela 1. Critérios de conceitualização

1. Ressonância (familiaridade, uso normal; antônimos: idiosincrasia, neologismo, estipulação).
Em que medida é viável o conceito para as definições existentes e seu uso estabelecido?
2.Domínio (alcance)
Quão clara(s) e lógica(s) é(são) a(s) comunidade(s) linguística(s) e o terreno empírico que abarca um conceito?
3.Consistência (antônimo: inconsistência)
Consistente em toda uma obra o significado de um conceito?
4.Fecundidade (coerência, profundidade, essência, fertilidade, tipos naturais, capacidade, real, riqueza, robustez)
Quantos atributos os referentes de um conceito compartilham?
5.Diferenciação (contexto, espaço de contraste, perspectiva, ponto de referência, campo semântico)
Quão diferente é um conceito dos conceitos próximos? Qual é o espaço de contraste contra o que um conceito se define a si mesmo?
6.Utilidade causal (utilidade empírica, utilidade teórica)
Que utilidade tem um conceito no marco de uma teoria causal e um projeto de pesquisa?
7.Operacionalização (medição)
Como identificamos (o conceito) quando o vemos? Pode um conceito ser facilmente medido sem problemas, por exemplo, sem preconceitos?

O critério de Ressonância estabelece a forma em que o conceito será apresentado, em termos lexicais, isto é, durante a conceituação, é necessário que o conceito proposto encontre significados convergentes com os atributos inerentes aos objeto ou fenômeno da qual o conceito trata. Gerring (2014) não poderia ser mais claro ao exemplificar este critério com as seguintes palavras: “Viola as normas de uso ao definir democracia com atributos que se associam normalmente a um cachorro” (GERRING, 2014, p. 136, tradução nossa)⁸.

Precisamos destacar ainda que, ao levar em consideração o critério de Ressonância, a prática de neologismo se torna inevitável em alguns casos em que a denominação do conceito proposto não encontra algum termo próximo do que é conceituado no léxico, mas que mesmo diante de situações como esta, Gerring (2014) recomenda fundamentar com cuidado o conceito oriundo do neologismo. Além disso, é preciso evitar as inconsistências no conceito proposto, em que este deve ressoar com o que já há estabelecido (GERRING; 2014).

Neste ponto, é importante que sejam poupados esforços na criação do termo em si do conceito, de modo que: “Através do conhecimento do significado vernacular de um nome ou termo pode-se, em alguns casos, encontrar o sentido almejado, poupando ao interessado um trabalhoso processo de construção de uma definição e de um rótulo para a mesma” (FIALHO, 2008, p. 34). Por mais natural que possa parecer, cabe aos proponentes de novos conceitos a observância do léxico relacionado ao conceito proposto, uma vez que há uma otimização no processo ao fato de que: “Não só pelo tempo poupado em tal empreitada, lançar mão da linguagem de uso corrente e já familiar facilita a comunicação e o entendimento do termo em questão, pois esta se assenta sobre um significado já compartilhado” (GERRING, 2003, p. 368-70 apud FIALHO, 2008, p. 34).

E na esteira da Ressonância, é preciso aplicar no processo de conceituação o critério de Domínio, isto é, precisamos delimitar de forma clara o campo linguístico em que o conceito apresentado será inserido, a fim de evitar as ambiguidades. Desta forma, o domínio de um conceito é condicionado pelos objetivos a que ele se propõe alcançar, uma vez que, como Gerring (2014) assevera, é preciso que o conceito proposto ressoe em diferentes campos, de forma que atue em um mesmo domínio.

E é reafirmando a importância de se adotar o domínio na conceituação, que Gerring (2014) destaca o critério de consistência, na qual determina que o conceito a ser criado possua “o mesmo significado em todos os contextos empíricos em que se aplica” (GERRING, 2014, p. 140, tradução nossa)⁹. O arquétipo de um conceito consistente é construído a partir da quantidade de atributos utilizados para o mesmo, ou seja, se deseja criar um conceito com um maior leque de aplicabilidade, cabe constituir este com o menor número de atributos (GERRING; 2014).

Destarte, pela natureza não estática dos conceitos, soma-se mais um ponto relevante para a consistência na tarefa de conceituação, uma vez que: “Especialmente para as ciências sociais, um conceito está sujeito a variações conforme o contexto onde é aplicado, as referências que são utilizadas e os marcos teóricos com os quais dialogam” (VASQUEZ, 2009, p. 20 apud VALENÇA, 2010, p. 52). Adiciona-se então aqui mais uma posição de destaque do critério de consistência na formação de novos conceitos, fundamentada pela natureza consistente que o conceito deve possuir ao lidar com situações divergentes.

⁸ “Viola las normas de uso al definir democracia con atributos que se asocian normalmente a un perro.”

⁹ “El mismo significado en todos los contextos empíricos en los que se aplica.”

Não obstante, no bojo de um conceito construído de forma coerente, é pertinente que haja um núcleo duro que gere todo o significado deste conceito, em que este fundamento é chamado por Gerring (2014) de fertilidade. O critério reforça a necessidade de que um conceito precisa estar arraigado em uma noção primitiva que representa o principal significado do que o mesmo trata. Logo, a fertilidade é entendida por Gerring (2014) como o meio que torna possível a captação do que, de fato, é importante e ancorado na realidade sobre os fenômenos ou objetos a serem conceituados. Em suas próprias palavras, o autor não poderia ter sido mais claro, ao sentenciar: “Além do nível de medição, o propósito geral de um conceito pode-se especificar assim: focar nossa atenção em um aspecto da realidade - afastando-o da onipresença dos dados existentes” (GERRING, 2014, p. 143, tradução nossa)¹⁰.

Este critério vai de encontro com a perspectiva de John Gerring em relação à delimitação em que deve ser pautada na construção de um conceito, prevalecendo uma ideia central que traga aplicação no campo empírico, e em seu conjunto, esteja atrelada a realidade daquele universo do fenômeno ou objeto escopo do conceito construído. Neste ponto, a fertilidade de um conceito representa nada mais do que a coerência com que o conceito é construído, mesmo em seu uso de forma reducionista (GERRING; 2014), ou seja, este critério caracteriza até que ponto um conceito se torna similar a outros.

Esta coerência precisa estar ancorada também no critério de diferenciação, que consiste na tarefa de tornar o conceito proposto diferente dos termos e noções já pré-estabelecidas em conceitos similares (GERRING, 2014), ou como é bem dito pelo autor: “A fertilidade se refere ao grau em que um conjunto de fenômenos é similar a outro, enquanto a diferenciação faz referência ao grau em que esses fenômenos são diferentes dos que o rodeiam” (GERRING, 2014, p. 145, tradução nossa).¹¹ Portanto, cabe ao autor do conceito proposto prezar pelo cuidado em tornar claro o seu conceito, fazendo isso por meio da diferenciação dos termos já existentes que compartilham espaços semânticos parecidos, e que inclusive tratem de objetos ou fenômenos que, empiricamente, se assemelham com o novo conceito a ser desenvolvido.

Nesta etapa, é igualmente relevante que o novo conceito criado adote atributos diferentes daqueles que já são tomados em conceitos existentes, em que esta tarefa evita que seja instaurado um caos conceitual em relação ao objeto ou fenômeno analisado. Isto significa que o proponente de um conceito busque introduzir elementos que destacam contrastes claros em relação aos conceitos similares que compartilham de uma mesma fonte semântica ou do fenômeno analisado.

O critério de diferenciação também faz sua parte para que determinado conceito não perca a sua tarefa referencial, dado que a proximidade do mesmo com uma pluralidade de termos já existentes poderia incorrer neste problema da perda referencial, além de estabelecer uma premissa crucial no processo de conceituação, que, segundo o entendimento de Gerring (1999), seria a própria função referencial do conceito proposto.

A fim de estruturar esta tarefa a partir da sua base, Gerring (2014) propõe aos autores de novos conceitos que a diferenciação seja idealizada a partir dos contextos de aplicação desses conceitos, de modo a permitir o arranjo conceitual criado com pontos divergentes empiricamente de conceitos existentes, na qual este trabalho passe por três dimensões possíveis, quais são: (1) espacial, (2) temporal e (3) conceitual. A dimensão espacial de diferenciação pede que o

¹⁰ “Más allá del nivel de medición, el propósito general de un concepto se puede especificar así: focalizar nuestra atención en un aspecto de la realidad - apartándolo de la ubicuidad de los datos existentes.”

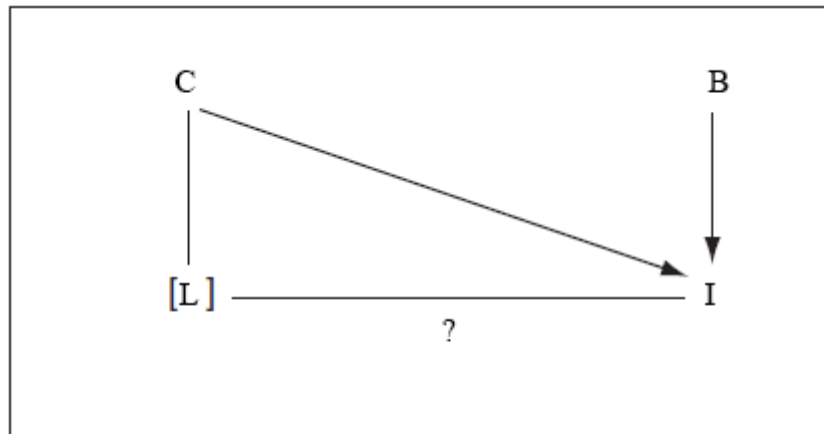
¹¹ “La fecundidad se refiere al grado en que un conjunto de fenómenos es similar a otro, mientras la diferenciación hace referencia al grado en que esos fenómenos son diferentes de los que les rodean.”

conceito proposto se atenha aos espaços concretos que este conceito irá operar, e que tais espaços ainda não tenham sido abarcados por conceitos similares. Enquanto a dimensão temporal requer que o conceito esteja firmado claramente em espaços temporais bem definidos, e, fundamentalmente, a dimensão conceitual, que irá aglutinar todos os componentes que fundam o novo conceito.

No modelo de conceituação proposto por John Gerring, restam ainda dois critérios primordiais na consumação do mesmo, quais são: utilidade causal e operacionalização. A utilidade causal configura um conceito na forma em que ele busca identificar variáveis independentes ou dependentes, isto é, na formação de um conceito sobre modelos causais, é preciso buscar a diferenciação explícita entre a descrição da causa e efeito da relação causal. Desta forma, podemos ressaltar que: “Os conceitos que se definem para usar-se em uma análise causal específica são conceitos especializados, não são conceitos que se propõem a cobrir todas as circunstâncias e contextos. Seu alcance não é geral” (GERRING, 2014, p. 149, tradução nossa)¹².

Por fim, talvez o critério mais relevante do modelo de conceituação que utilizamos neste artigo se trata da operacionalização (ou medição) do conceito, em que o Gerring (2012) aponta a confiabilidade e validade como principais elementos que dão sustentação para a execução adequada da operacionalização de um conceito. Seu entendimento sobre a confiabilidade, ou como também evocada como precisão, se estende por contextos mensuráveis, em que: “refere-se ao nível de erro estocástico (aleatório), ou ruído, encontrado na tentativa de operacionalizar um conceito” (GERRING, 2012, p. 159), na qual isto representa, na prática, que quanto maior a variância na medição do conceito, menor será a sua confiabilidade. A figura a seguir, feita por Gerring (2012), resume o cerne do seu propósito para mensuração de um conceito:

Figura 1. Diagrama de mensuração



[L] = Conceito latente de interesse

I = Indicador

B = Covariável (fonte de ruído, ou seja, falta de confiabilidade)

C = Cofundador (fonte de preconceito, ou seja, invalidez)

Características gerais

→ Relação causal

— Covariação (possivelmente causal)

Reproduzido: GERRING, John. (2012), *Social Science Methodology: A Unified Framework*. Londres, Cambridge University Press.

¹² “Los conceptos que se definen para usarse en un análisis causal específico son conceptos especializados, no son conceptos que se proponen cubrir todas las circunstancias y contextos. Su alcance no es general.”

A linha L representa o fenômeno ou objeto alvo do conceito a ser mensurado, enquanto a linha I consiste no indicador utilizado pelo autor que tenha as propriedades capazes de medir o fenômeno analisado, demonstrando o seu traço observável. O ponto C indica os erros de mensuração que podem ocorrer aleatoriamente, enquanto os fatores que podem se confundir por estarem correlacionados com L e I, e por fim, o ponto B representa ruídos minimizados (GERRING, 2012).

Nesta linha, a validade a ser verificada no processo de mensuração, corresponde a relação entre o que é afirmado pelo conceito e os indicadores adotados, em que é preciso levar em consideração o enquadramento do(s) indicador(es) utilizados ao conceito proposto, isto é, se o indicador abarca atributos inerentes ao conceito. Este é um ponto crucial para a validação conceitual, dado que, segundo Gerring (2012), a medição em conceitos oriundos das ciências sociais são da ordem teórica, ou seja, não incorporam fenômenos diretamente observáveis, mas há uma ressalva: “Claro, existem características observáveis que presumimos estar conectadas a esses conceitos, caso contrário, eles não seriam passíveis de investigação empírica de qualquer tipo” (GERRING, 2012, p. 163, tradução nossa)¹³.

Dentre as estratégias fornecidas por Gerring (2012) para contornar tal problema, utilizamos o meio por escalas, objetivos e abordagens, para a conceituação de capital político. Dito isto, um conceito deve ser alicerçado nestes critérios, em que preze pelo uso do mesmo em definições já existentes, isto é, amparado no que já é conhecido, também deve ser consistente e possuir um alcance adequado em seu uso. Gerring (2014) destaca ainda, segundo seu modelo, que é necessário haver utilidade empírica para o conceito proposto, ou seja, é preciso que o mesmo esteja ancorado nas questões em aberto de teorias causais.

A operacionalização é o ponto alto dos critérios propostos neste modelo, uma vez que estabelece uma característica delimitadora para o conceito proposto com a proposta de criar medições para o mesmo, e está aliado ao enfoque de lançar as bases do conceito sobre a empiria. Gerring (2014) também preconiza que os conceitos podem ser enquadrados em três possibilidades segundo a quantidade de atributos que lhes forem atribuídos, sendo a conceituação mínima, máxima ou acumulativa.

A primeira nada mais é do que a “condição necessária (e talvez suficiente) de adesão, entendida como o estabelecimento de um limite mínimo de adesão” (GERRING, 2014, p. 149, tradução nossa)¹⁴, que também podemos entender como a inserção de um atributo delimitador. A conceituação máxima consiste em “Todas as características (sem idiosincrasias) que definem um conceito em sua forma mais pura e ideal” (GERRING, 2014, p. 149, tradução nossa)¹⁵, enquanto a estratégia cumulativa no processo de conceituação cumulativa é estruturada de forma ordinal a partir de atributos binários.

Tais estratégias são fundamentais para que o capital político seja operacionalizado, independente do contexto empírico observado, uma vez que possibilita a aglutinação de um conjunto de escalas que levam a criação dos indicadores utilizados para operacionalizar o conceito (GERRING, 2012). A tabela a seguir resume a posição destes tipos de variáveis na estratégia de operacionalização:

¹³ “Of course, there are observable features that we presume to be connected to these concepts; otherwise, they would not be amenable to empirical inquiry of any sort”

¹⁴ “Condición necesaria (y quizás suficiente) de pertenencia, entendida como el establecimiento de un umbral mínimo de pertenencia.”

¹⁵ “Todas las características (no idiosincrásicas) que definen un concepto en su forma más pura e ideal.”

Tabela 2. Tipologia de escalas

Atividade	Categorias diferentes		Categorias classificadas	Distância entre categorias medidas	Zero verdadeiro
Categórica	Numeral	X			
	Ordinal	X	X		
Numérica	Intervalo	X	X	X	
	Razão	X	X	X	X
Afazeres domésticos	Ordinal	24	8,53	80,93%	66,75%

Reproduzido: GERRING, John. (2012), Social Science Methodology: A Unified Framework. Londres, Cambridge University Press.

Logo, o conceito proposto aqui para capital político busca encontrar um caminho consistente de operacionalização que, buscando se adequar às recomendações de conceituação de Gerring (2014) sobre a consistência, utilidade causal e operacionalização de um conceito, tem o propósito de aumentar as chances de que tal conceito seja aplicado com mais recorrência em estudos pertinentes, principalmente sobre carreira política e domínio eleitoral. A integração entre variáveis de caráter qualitativo e quantitativo expandem o horizonte de aplicações a que este conceito se propõe.

Em linhas gerais, o modelo de John Gerring é sustentado pelos elementos descritos anteriormente e, desta forma, a abordagem proposta neste artigo segue por este caminho, dado que é preciso conceituar o capital político de uma forma mais acurada, sendo colocado à postos, uma estrutura conceitual que permita a operacionalização do conceito em situações empíricas.

3. O conceito de capital político

Desde os tempos em que a democracia se tornou o paradigma em relação à forma de governar ao redor do mundo que se têm proposto discussões sobre seu funcionamento e características, tendo a eleição como um elemento de destaque no leque destas discussões. É na esteira das eleições que surgem argumentos que buscam compreendê-las de uma forma sistemática, destacando a sua característica de disputa.

Assim, sabe-se que a ocupação de cargos pela via eleitoral exige que os atores políticos trabalhem para preservar tais posições, e fazem isso buscando e concentrando recursos nesta tarefa, sendo tais recursos definidos, essencialmente, como os capitais político, social e econômico (CATANI, 2017).

Observar e aproveitar estas oportunidades, é inerente a indivíduos políticos que possuem certa experiência e profissionalismo nesta carreira, sendo assim, é a partir de Max Weber, com seu trabalho “A política como vocação”, publicado em 1919, em que é

discutida questões que hoje entendemos como relacionadas a profissionalização da política, que nos permite entender melhor a dinâmica neste campo.

Tais capitais, com exceção do econômico, são representados como uma espécie de poder simbólico, isto é, trata-se de um poder não palpável e que é exercido a partir da cumplicidade daqueles que são sujeitos e não sabem, ou até mesmo de quem o exerce (BOURDIEU, 1989). Destarte, o capital político é geralmente compreendido em dois contextos: (1) profissionalização de indivíduos na carreira eleitoral e política e (2) disputas eleitorais. No primeiro contexto, o capital político exprime o parâmetro em que é percebido o reconhecimento do ator político no meio social, isto é, “Ele indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente” (MIGUEL, 2003, p. 115). Seguindo este raciocínio, a profissionalização no âmbito eleitoral e político estabelece uma relação em que a detenção do capital político determina a evolução na carreira (MIGUEL, 2003).

Já no contexto de disputas eleitorais, o capital político pode ser inserido como uma variável que permite observar, parcialmente, o potencial dos candidatos, conforme o tipo de eleição (se proporcional ou majoritária) e cargo disputado, bem como indica a capacidade dos candidatos de agregarem outros recursos necessários na campanha, ou seja, segundo Peltzman (1976), o capital político define como em que ponto se dará o agregamento dos demais capitais.

Serna (2013), analisando a política uruguaia, aponta que os representantes políticos de alto escalão tendem a reproduzir mecanismos de desigualdade em acesso a estes cargos, em que:

Os mecanismos de reprodução das desigualdades podem ser vistas ainda mais claramente no peso do capital social familiar entre os líderes políticos, especialmente quanto mais se ascende ao topo do poder, o capital social e econômico reforçam e retroalimentam a acumulação de capital político (como evidenciado pela dupla comparação, entre câmara alta e câmara baixa, bem como entre partidos políticos) (SERNA, 2013, p. 71).

Enquanto Alcántara-Sáez (2017) desenvolve um conceito de capital político condicionado à análise de carreiras políticas, segmentadas em três momentos, sendo eles o início, desenvolvimento e conclusão. Sua perspectiva sobre capital política é amarrada a vários trabalhos citados em que sustentam que a entrada na vida política pelos indivíduos é ponderada pelo peso de fatores sociais, conectados com uma rede institucional já existente em que configura uma estrutura de oportunidades (ALCÁNTARA-SÁEZ, 2017).

O capital político é, muitas vezes, apontado como uma variável imprescindível na análise de eleições, especificamente quando tratamos das condições que levam à vitória por parte dos candidatos. Esse tipo de capital é dado como um recurso não palpável, em que aliado aos demais recursos econômicos e sociais, tende a ditar o peso na “balança” da competição eleitoral dos candidatos, e é a forma como estes recursos são organizados e exercidos que definem as chances de vitória nos pleitos.

Assim, no mundo político, especificamente no que se refere ao processo eleitoral, a participação dos indivíduos é condicionada aos elementos social, econômico e institucional, isto é, estas são condições básicas para o sucesso dentro do contexto eleitoral. Este processo acabou por obrigar os agentes políticos a adquirirem produtos dos capitais supracitados, o que facilita o recrutamento de políticos oriundos de estratos sociais com maiores possibilidades de acesso a esses capitais, conformando um determinado perfil social de elite política.

Portanto, podemos falar na existência de elementos condicionantes para a entrada no campo político. São elementos cuja existência cria condições que permitem aos agentes que possuam um determinado perfil socioeconômico consigam ocupar posições de elite ou, dizendo de outra maneira, que favorecem a entrada e a permanência no campo de agentes que possuam determinados tipos de capitais, ou que possam facilmente adquiri-los (SOUZA, 2016, p. 59).

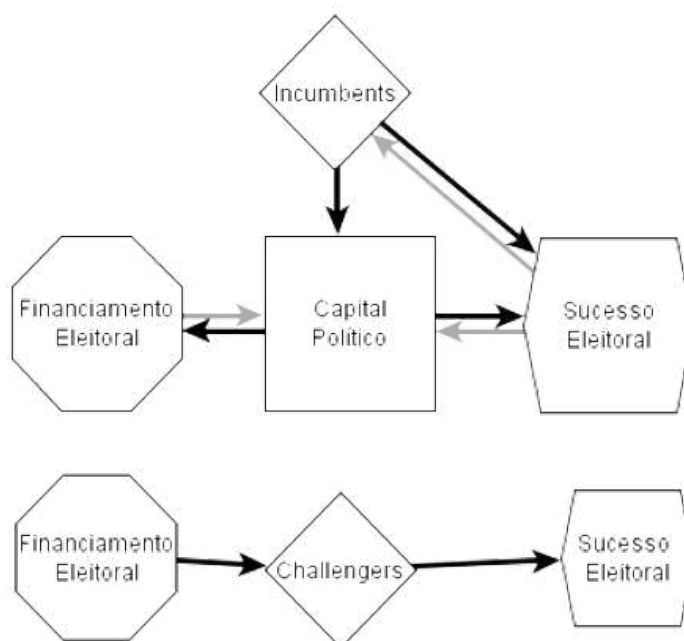
Desta forma, o capital social e político são objetos de estudo inerentes à interpretação da realidade social, enquanto o econômico, apesar de compor de certa forma o capital social, ele é composto e analisado a partir de fatores materiais. Entendemos ainda que o capital político cristaliza os recursos oriundos dos demais tipos de capitais, dado que é este capital que dita o alcance dos movimentos políticos dos candidatos, isto é, o reconhecimento dado em níveis de importância na relação entre candidato e apoiadores de sua campanha passa, indispensavelmente, pelo seu capital político acumulado.

Levita (2019) propõe uma perspectiva sobre o capital político baseado em individual e coletivo, tendo como objeto de análise o ingresso na política no caso de deputados nacionais argentinos. Em sua explanação, o autor destaca que existem duas formas de recursos no momento da entrada, sendo o individual e o coletivo, em que este primeiro formato pode ser “[...] construído em torno do prestígio e reconhecimento pessoal do ator e ao seu reconhecimento midiático vinculado com a profissão ou profissões exercidas antes da política e não supõe experiência anterior em atividades de representação” (LEVITA, 2019, p. 15).

Já os recursos que convergem em capital político em um formato coletivo se dão por conta de que “[...] Se trata de um reconhecimento originado de recursos de uma organização ou grupo ao qual o ator pertence ou pertenceu onde encontramos experiência anterior em atividades de representação política” (LEVITA, 2019, p. 15). Diante das duas características, o autor pontua que o capital político individual pode ser definido como o de maior peso, dada a maior exposição que se torna central na campanha (LEVITA, 2019).

Em outra perspectiva acerca do capital político, Peltzman (1976) traz o argumento de que, de certa forma, o capital político representa um vetor de influência na atração dos demais recursos para a vida política do candidato, principalmente em relação à construção do capital econômico. Nesta linha, o autor ressalta: “O pressuposto básico é o de que doadores de campanha, adotando um comportamento estratégico, investem seus recursos em candidatos capazes de garantir a representação de suas demandas nas principais arenas de decisão política (PELTZMAN, p. 7, 1976).”

Figura 2. Capital político e esquema de reprodução eleitoral



De forma sistemática, Araújo, Cunha e Silotto (2012) explicam que o capital político está no centro das razões que podem explicar o que leva os candidatos em uma eleição à vitória, em que o mesmo, quando veterano, é capaz de levar às maiores chances de obtenção de financiamento eleitoral, representado aqui como capital econômico. Neste sentido, os autores entendem que existe um processo de retroalimentação em torno do capital político, em que quando os candidatos são veteranos, ou possuem um alto capital político, entende-se que eles são capazes de influenciar o processo decisório de interesse de possíveis doadores de campanha (ARAÚJO; CUNHA; SILOTTO, 2012). Dito isto, a receita eleitoral proveniente das doações de pessoas jurídicas que buscam assegurar seus interesses perante à arena de disputa presente no Estado, é orientada pela lógica de que as empresas agem racionalmente.

Dada a exposição de alguns dos principais argumentos em torno da definição e a forma em que o capital político é operacionalizado, podemos examinar que o conceito geralmente está ancorado com demais variáveis próprias das dinâmicas eleitorais e políticas, isto é, a operacionalização, ou mesmo a mensuração do capital político, passa pela articulação do conceito com demais variáveis, como fatores sociais que configuram uma estrutura de oportunidades (ALCÁNTARA-SÁEZ, 2017), ou mesmo a mensuração do capital político por meio da capacidade do mesmo de agregar outros recursos inerentes à carreira política e eleitoral, como o capital econômico.

Neste processo, os partidos políticos são essenciais para garantir as indicações de candidatos competitivos e que detém um leque de capitais à disposição para lograr êxito na disputa eleitoral. Assim, Norris (2006) corrobora:

O processo de recrutamento para os cargos eletivos e de confiança é amplamente percebido como uma das mais importantes funções residuais dos partidos políticos, com conseqüências potenciais para o grau de conflito intrapartidário, para a composição dos parlamentos e governos e para a fiscalização dos eleitos (NORRIS, 2006, p. 11).

Sendo assim, os partidos políticos desempenham um papel fundamental como norteador da competição eleitoral na disputa de cargos políticos em geral. Além disto, há demais variáveis que compõem a capacidade que determinado candidato possa concorrer competitivamente as eleições, como por exemplo a formação profissional, na qual segundo Norris (1997), profissionais como advogados, jornalistas, professores e empresários, possuem maior facilidade na preparação para a vida política pelo fato de que estas ocupações possuem aptidões inerentes para a vida pública, que corresponde a questão da oratória e a capacidade comunicativa.

Em uma perspectiva ampla, o conceito pode ser compreendido, com base nos estudos elencados, como uma peça primordial para o entendimento de como é possível que atores políticos preservem suas posições de poder, tanto quando estão ocupando tais posições, ou quando estão nas vias de eleição.

4. Estudos sobre capital político no Brasil

Em estudos que adotam o conceito de capital político e o aplicam como variável em suas pesquisas, podemos afirmar que o mesmo é utilizado principalmente no escopo de trabalhos sobre carreira e recrutamento político. Neste sentido, partindo da perspectiva de uma análise multinível, podemos evocar Araújo, Cunha e Silotto (2012), que sistematizaram em alto, médio e baixo capital político o acúmulo deste capital quando os atores são candidatos à deputado federal na Câmara Federal, nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014, na qual é sistematizado.

O alto capital político é compreendido nos níveis institucional, onde identifica a presença do vínculo formal do candidato à funções públicas, no reputacional, na qual está presente o reconhecimento do candidato por seus pares enquanto

ocupante daquele cargo, e por fim, o aspecto decisional, que percebe até onde vai a capacidade do candidato em tomar decisões e gerar influência (ARAÚJO; CUNHA; SILOTTO, 2012).

O médio capital político que Araújo, Cunha e Silotto (2012) adotam é sistematizado enquanto a ocupação, por parte dos candidatos, de funções dentro dos partidos que compõem a coalizão de governo, na qual isso gera uma maior influência para esses candidatos em captarem quaisquer tipos de recursos para seus financiadores e apoiadores. Já o baixo capital político é detido por aqueles candidatos que não se encaixam em nenhuma das descrições anteriores.

Em ambos os ângulos, existe neles a inserção da ação coletiva, isto é, mecanismos não institucionais de mobilização e participação social, que são articuladas a depender do nível de capital social daqueles que os exercem, sendo que tal capital, segundo Putnam, Leonardi e Nanetti (1993), se dá pelo envolvimento de cada indivíduo em atividades coletivas, que servem para a construção de redes de confiança recíprocas. Logo, o envolvimento dos indivíduos busca construir relações sociais que possam gerar frutos que tenham como fim o amadurecimento político destas pessoas.

Não obstante, “se as relações sociais estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário haveria sanção social –, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação” (HIGGINS, S. S. 2005, p. 29). Neste sentido, a carreira política, no geral, é acessada por indivíduos que dispõem de vontade para participar da política institucional, bem como fazer o uso de recursos necessários para obter êxito eleitoral, sejam materiais ou simbólicos (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015, p. 721), em que a busca é ativa pelo capital político.

Nos estudos sobre o recrutamento político no poder Legislativo brasileiro, seja em qualquer esfera da administração pública, é inerente considerar que a competição eleitoral é composta, principalmente, por grupos das elites políticas locais, com atuação à nível estadual e municipal. A princípio, compreende-se que na competição eleitoral, os requisitos para fazer jus às chances reais de obter êxito na disputa vão além daqueles colocados por normas institucionais, ou seja, pela formalidade jurídica, passando pela apreensão dos capitais citados anteriormente, tendo destaque para o político.

No que tange à estudos que utilizam o capital político em conjugação com o social e econômico, a Ciência Política dispõe de um estudo estruturado realizado por Moura (2019), em que o autor utiliza as variáveis de capitais político, econômico, social e simbólico para averiguar o mecanismo de transmissão de herança das cadeiras legislativas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí (ALEPI).

No estudo, é possível também observar em suas principais conclusões que os eleitos para a ALEPI nos pleitos analisados, dispõem assiduamente de capital político, econômico, social e simbólico, na qual há uma ordem de aquisição para cada capital, isto é, os eleitos, para disporem de capital econômico, necessitam ter acesso à uma rede de interações sociais para adquirirem o capital político, que por consequente necessita de habilidades provenientes de capital simbólico.

Com o conhecimento produzido por Moura (2019), podemos levantar uma perspectiva em formato de nível de influência que o capital político conota, isto é, o recurso é utilizado como um conceito que exerce influência na capacidade dos candidatos em obterem demais recursos, como o econômico.

O uso do conceito de capital político, a partir da perspectiva de Pierre Bourdieu, é também adotado por Messias (2019) ao estudar o desenvolvimento de carreiras políticas tendo como objeto de estudo a relação entre as decisões tomadas por vereadores de Salvador e a carreira política dos mesmos, de modo que a autora adota como hipótese o acúmulo de capital político dos vereadores na busca para ascensão aos cargos de deputado estadual e deputado federal.

Neste contexto, Messias (2019) entende que o volume de capital político acumulado por vereadores funciona como um parâmetro que tem a capacidade de balizar as aspirações políticas acima da Câmara Municipal, especificamente, a autora explica que:

A depender do grau de desenvolvimento econômico e importância política do município em que se exerce o mandato, o vereador pode perceber que houve acúmulo de capital político necessário para avançar na carreira, ou considerar a decisão de candidatar-se à reeleição, entendendo que a esfera local oferece melhores condições para atuação política (MESSIAS, 2019, p. 5).

Diante dessa estrutura, tanto a relevância econômica quanto sociodemográfica de um determinado município se tornam as condições a serem levadas em consideração para os vereadores quando estão na tarefa de averiguar sua capacidade de subirem na carreira política no contexto legislativo, especificamente para a função de deputado, seja estadual ou federal. Logo, o capital político nesta situação configura-se como um indicador de força política dos vereadores.

Essa concepção vai ao encontro com o entendimento sobre capital político desenvolvido por Miguel (2003), que é citado por Messias (2019) em seu estudo. Essa convergência se dá por meio do entendimento de que há duas categorias para entendimento do capital político, sendo o delegado e o convertido. O capital político delegado representa aquele oriundo da experiência adquirida pelo ator político ao longo da ocupação e exercício de cargos públicos, enquanto o capital convertido representa a conversão de popularidade oriunda de outros campos para o campo político (MIGUEL, 2003 apud MESSIAS, 2019, p. 6.).

A experiência obtida pelos vereadores representa o meio de formar o seu capital político delegado, de modo que no exercício do cargo, o exercício da militância partidária e a possibilidade de reeleição consecutiva, sem interrupções no cargo, possibilitam a formação deste tipo de capital. Portanto, no caso soteropolitano, as decisões tomadas por uma parte considerável dos vereadores de Salvador buscam ser instrumentalizadas para alçar voos maiores na carreira política, tendo aí como um meio de acumular o capital político, o exercício de cargos não eletivos na Prefeitura da cidade, de modo que Messias (2019) conclui que a Câmara Municipal de Salvador dá a possibilidade de acumular o capital político delegado.

Como vimos diante das discussões levantadas sobre capital político no âmbito da política brasileira, é recorrente a ideia de que o conceito pode ser conduzido em explicações sobre como se dá o andamento e a manutenção da carreira política dos indivíduos, bem como para buscar compreender melhor as relações de manutenção do poder. Entretanto, o debate ainda é pouco desenvolvido quando se trata dos caminhos para operacionalizar o conceito em situações empíricas, de modo que é ainda nebulosa as formas em que o capital político é, por exemplo, mensurado. É nesse sentido que propomos um conceito de capital político e sua operacionalização ancorados no modelo de conceituação desenvolvido por Gerring (2014), considerando o que já é sabido no contexto brasileiro.

5. Proposta de conceituação

À primeira vista, diante dos estudos levantados neste artigo, podemos verificar que o conceito de capital político é utilizado de forma desarmoniosa, dado que os mais distintos objetos de estudos exigem a flexibilidade do conceito. Dada esta situação, propomos aqui que o capital político seja estruturado em torno de duas premissas elementares: (1) funções ocupadas em cargos públicos ou privados e (2) o alcance da sua rede social.

Para facilitar a identificação das ocupações, propomos que a variável de capital político seja operacionalizada a partir da verificação do exercício, por parte dos atores políticos e candidatos, em cargos de administração direta ou indireta do poder público nos três âmbitos da federação, sendo secretarias de primeiro escalão do executivo municipal, estadual e federal, ou funções públicas que, de alguma forma, deem o poder discricionário sobre um orçamento, nomeação de servidores ou poder sobre decisões burocráticas.

Nesta esteira, o capital político e sua operacionalização deverão passar por uma análise sobre o grau de reconhecimento dos indivíduos em relação ao ator político, utilizando três parâmetros: a rede social estabelecida, o tempo disponível para política e a ocupação de funções que culminou em ação política. Conforme aponta Miguel (2003), este é um capital presente de forma fracionada na sociedade.

Miguel (2003) corrobora ainda que o capital político pode ser destrinchado em dois aspectos, sendo o primeiro o capital delegado, em que a notoriedade dos candidatos vem da ocupação em cargos públicos e da estrutura partidária, e o capital convertido, em que corresponde ao reconhecimento do candidato por parte do público em função de atividades fora da política institucional ou partidária (MIGUEL, 2003).

É nesse escopo que ancoramos uma abordagem singular para o conceito de capital político, em que a sua operacionalização pode ser realizada por meio da detecção da carreira profissional do candidato, e nesse mecanismo, podem ser incluídos ferramentas de grau do acúmulo desse capital, ao elaborar, por exemplo, índices baseados na quantidade de tempo acumulado por parte dos candidatos em cargos públicos e atividades profissionais fora do âmbito público.

Tais índices poderiam ser compostos por indicadores quantitativos, em que poderiam ser utilizadas as quantidades de recursos administrados pelos candidatos no tempo em que ocuparam cargos públicos, contratações geradas e até mesmo as decisões tomadas ao longo do tempo. Neste sentido, o capital político, ao ser interpretado por estas vias, poderia operacionalizar, por exemplo, valores quantitativos que poderiam ser utilizados para fins comparativos entre candidatos, de modo que seria possível entender o alcance de suas carreiras e facilitaria o entendimento sobre as suas chances em pleitos eleitorais.

Seguindo o modelo de conceituação proposto por John Gerring, adotando os critérios descritos pelo autor, propomos um novo conceito para unificar a interpretação acerca do capital político, recorrentemente utilizado em estudos sobre competição política, recrutamento político e temáticas referentes à relação entre eleições e candidatos. Diante do que expomos sobre a forma em que é discutido o termo capital político em diversos estudos, propomos um conceito de capital político ancorado na centralidade do seu significado diante dos diferentes contextos, na utilidade causal e, primordialmente, na operacionalização do conceito em distintas situações empíricas.

No que tange a centralidade do significado, o termo capital político pode ser compreendido, lexicalmente, em que capital representa tanto um adjetivo quanto um substantivo, e no significado que mais se aproxima do entendimento aplicado ao capital político, o capital significa algo constituído de valor.

Operacionalmente, o capital político deve ser interpretado a partir da instrumentalização em si, isto é, o conceito pode ser utilizado como um instrumento de natureza própria de indicadores, no sentido de ser um guia composto por um rol de variáveis inerentes ao objeto ao qual o indicador faz menção. Por exemplo, muitos fenômenos sociais, econômicos, biológicos ou de outra ordem possuem diversos tipos de indicadores que buscam mensurar a

Como método de operacionalização por meio do conjunto teórico, entendemos que o capital político pode ser inserido na relação de condições necessárias e suficientes para caracterizar a existência e a devida mensuração dos indicadores, já que: “Atributos e indicadores podem ser entendidos como teóricos do conjunto (necessário / suficiente) ou aditivo” (GERRING, 2012, p. 165). Os atributos do capital político aqui são: (1) exercício de cargos eletivos e de nomeação e (2) alcance da rede social do indivíduo, em que, entendido que tenha exercido cargos, desconsiderando o tempo despendido, e ele possui um alcance da rede social do indivíduo, verificada a partir das pessoas que foram subordinadas ao indivíduo em tempos que exerceu cargos eletivos, podemos entender que tais atributos configuram as condições necessárias para afirmar que o indivíduo possui o capital político.

Conforme visto na literatura especializada, o exercício de cargos eletivos representa um elemento balizador da carreira de políticos e aspirantes (MESSIAS, 2019), bem como a sua rede social formada a partir do exercício desse cargo, em que representa a influência direta do indivíduo na persuasão pela confiança política (LEVITA, 2019). Na prática, por exemplo, o exercício de prévios mandatos no poder legislativo ou executivo permitem ao indivíduo promover diretamente vínculos com o seu mandato, seja por meio da contratação ou indicação para outras funções. Em suma, o capital político cristaliza estas características responsáveis por determinar em que medida podemos analisar o poder de influência de um ator político, em que tal conceito pode ser entendido como o conjunto de variáveis que formam o poder e reconhecimento dos indivíduos no meio político.

Inserimos ainda a estratégia de Gerring (2012) para operacionalizar o capital político baseado em escalas, em que colocamos variáveis de ordem categórica e numérica para servirem como indicadores para o conceito. As variáveis categóricas, de ordem ordinal, aqui adotadas são: (1) Cargos públicos exercidos, de cunho eletivo ou por nomeação e (2) controle sobre orçamento e, sendo as duas primeiras nominais e a segunda de caráter ordinal, respectivamente. A variável numérica é representada pela quantidade de vezes que o indivíduo exerceu cargos públicos. A escolha da variável numérica está ancorada na premissa de que, por ser quantitativa, nos dá uma noção do volume do que é analisado, neste caso, da quantidade de cargos exercidos.

A seleção das variáveis categóricas ordinais é justificada pela razão em que podem ser averiguadas variáveis de mesma natureza, porém com diferentes classificações. Por exemplo, cargos públicos exercidos, seja eletivo ou por nomeação, são passíveis de diferentes classificações, tendo aí secretariados de nível municipal, estadual, federal, cargos propriamente eletivos ou funções de confiança, fruto de nomeação, em que no bojo destes cargos, existem elementos que identificam um maior ou menor poder conferido a quem exerce. Gerring (2012) não poderia ser mais claro em explicar as razões de uso das variáveis categóricas nominais, ao descrever em seu exemplo: “[...] muito doce é mais doce do que doce” (GERRING, 2012, p. 168), ou seja, há uma relação de preponderância.

Assim, quanto mais cargos exercidos, mais capital político o sujeito teria, no entanto, isso deve ser analisado também nas situações em que o político ocupa cargos com maior ou menor controle de orçamento (cargos do Executivo possuem o poder de execução orçamentária), por exemplo, secretários municipais de um determinado município não estão no mesmo nível em relação ao volume de recursos à sua disposição, é preciso levar em consideração que cada área pode ter o poder discricionário do secretário limitada, por força de leis estaduais ou federais. Citamos aqui o exemplo na educação municipal, em que por força da Constituição Federal, ao menos 25% dos recursos devem ser repassados obrigatoriamente para escolas. O objetivo desta relação seria medir em que ponto o capital político do indivíduo analisado se destaca, de modo que existe aí a possibilidade de aprofundar a análise por uma via mais subjetiva (natureza dos cargos exercidos) e verificar quantas vezes o indivíduo ocupou determinado cargo eletivo.

Portanto, buscamos estabelecer o capital político como um meio para verificar empiricamente em que medida se dá a capacidade de influência dos atores políticos, nos contextos mais recorrentes analisados pela literatura, sendo a carreira política e as disputas eleitorais. Conforme demonstrado, a operacionalização do capital político pode ser feita a partir da articulação de variáveis de caráter ordinal e numérico, em que o produto desta relação consiste no grau em que o capital político de um determinado ator político se torna presente.

6. Conclusões

O que podemos ponderar é que o capital político corresponde a uma variável de conceito ainda oscilante em termos de definição, dado que as discussões, em vezes, o tratam por uma abordagem em que é mensurada por vias subjetivas, ou como uma variável qualificante para um candidato quando se trata das análises sobre suas chances eleitorais em uma competição política, muitas vezes medida também como capital social.

Nesta perspectiva, propomos neste artigo uma abordagem que traga, ao bojo das interpretações sobre capital político, uma perspectiva quantitativa em relação a operacionalização do conceito em estudo empíricos, isto é, a utilização de indicadores que poderiam medir o acúmulo de capital político.

Adotando as principais orientações e caminhos propostos por John Gerring a respeito do processo de conceituação, buscamos trazer à tona uma nova abordagem a respeito do conceito de capital político, em que pese, principalmente, o seu caráter de operacionalização. Buscamos estabelecer com os atributos por meio da observação da natureza dos cargos eletivos exercidos pelos indivíduos analisados, e o quantitativo de vezes em que o político ocupou tais posições.

Ao revisar a literatura sobre capital político, colocamos em perspectiva alguns caminhos seguidos pelos pesquisadores para buscar operacionalizar o capital político em seus trabalhos, havendo um destaque para os trabalhos relacionados a carreira política e eleições.

É importante ainda ressaltar que a análise realizada pode ser ancorada no uso de pesquisas que tratam, principalmente, sobre carreira política e estudos sobre disputas eleitorais, partindo de uma perspectiva em que seja possível avaliar as chances de vitória dos candidatos, utilizando o capital político como uma possível variável para verificar a sua capacidade eleitoral.

Por fim, esperamos que este artigo traga novas contribuições aos estudos sobre capital político, principalmente, por compreendermos que, apesar da subjetividade que o conceito pode ter, assim como as diversas interpretações possíveis, é viável captar seu núcleo central e operacionalizá-lo, tornando útil para análises sobre o tema, permitindo comparabilidade e estudos *cross-case*.

REFERÊNCIAS

- ALCÁNTARA-SÁEZ, Manuel. (2017), “Political career and political capital”, *Convergencia*, vol. 24, no. 73: 187–204.
- ARAÚJO, Victor. CUNHA, Lucas Rodrigues. SILOTTO, Grazielle Cristina. (2015), “Capital político e financiamento eleitoral no Brasil: uma análise empírica da estratégia das empresas na alocação de recursos de campanha”, *Teoria & Sociedade*, vol. 23, no 2: 126-158.
- BOURDIEU, Pierre Félix. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- CATANI, Afrânio Mendes. et al (Org). (2017), *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, Autêntica.
- FIALHO, Fabricio Mendes. *Participação e desigualdade política: um exercício em teoria e método*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- GERRING, John. (1999), “What makes a concept good? A criterial framework for understanding concept formation in the social sciences”, *Polity*, vol. 31, no. 3: 357-393.
- GERRING, John. (2012), *Social Science Methodology: A Unified Framework*. Londres, Cambridge University Press.
- GERRING, John. (2014), *Metodología de las Ciencias Sociales*. Madrid, Alianza Editorial.
- HIGGINS, Silvio Salej. (2005), *Os Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó, Ed. Argos Universitária.
- LEVITA, Gabriel. (2019), “Getting into the argentine chamber of deputies “from outside”: Resources, investments and marginalities”, *Revista de Sociologia e Política*, vol. 27, no. 71: 1-19.
- MESSIAS, Gelma Gabriela de Matos. (2019), “Carreira e ambição política dos vereadores de Salvador (1997-2012)”, *Revista de Sociologia e Política*, vol. 27, no. 72: 1-25.
- MIGUEL, Luis Felipe. (2003), “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis para o congresso brasileiro”, *Revista de Sociologia e Política*, no. 20: 115-134.
- MIGUEL, Luis Felipe. MARQUES, Danusa. MACHADO, Carlos. (2015), “Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados”, *Dados*, vol. 58, no. 3: 721–747.
- MOURA, Germano Lúcio Pereira. *Familismo político: manutenção e reprodução da herança política na ALEPI (1986-2014)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, Teresina.

NORRIS, Pippa. LOVENDUSKI, Joni. (1997), “United Kingdom”, in P. Norris (org.), *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, Cambridge, Cambridge University Press.

NORRIS, Pippa. (2006), “Recruitment”, in W. J. Crotty, R. Katz (org.). *Handbook of Party Politics*, Londres, Sage.

PELTZMAN, Sam. (1976), “Towards a more general theory of regulation”, *Journal of Law and Economics*, vol. 19, no. 2: 211-240.

PUTNAM, Robert. LEONARDI, Robert. NANETTI, Raffaella Y. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton, Princeton University Press.

REZENDE, Flávio da Cunha. (2011), “Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 6: 297-337.

SERNA, Miguel. (2013), *Espacio social, capital político y poder en Uruguay: una elite en transición*, in A. Marengo (org.). *Os eleitos*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.

SILVA, Glaucio Peres da. (2015), “Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na Ciência Política”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 30, no. 88: 115-128.

SOUZA, Samuel Candido de. *Elites legislativas comparadas: Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

VALENÇA, Marcelo Mello. *Novas Guerras, Estudos para a Paz e Escola de Copenhague: uma contribuição para o resgate da violência pela Segurança*. 2010. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro.

LICENÇA DE USO

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CCBY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

